

ENTRE MATERIALIDADE, IMATERIALIDADE E INFORMALIDADE: PATRIMÔNIO, POLÍTICAS PÚBLICAS, PODER ECONÔMICO E DISPUTAS URBANAS HISTÓRICAS NA SALVADOR CONTEMPORÂNEA

Piero Carapiá Lima Baptista¹

Resumo: As discussões e reflexões acerca do patrimônio cultural urbano, material e imaterial, ganham complexidade, tendências e nuances com o passar do tempo. Em uma cidade como Salvador, as questões patrimoniais estão necessariamente vinculadas ou refletidas pela histórica e intrínseca informalidade da cidade e das suas formas de habitar, viver e trabalhar que, mesmo em crônica pobreza, falta de recursos e de direitos, resiste e sobrevive às constantes tentativas de supressão pelos modelos formais ou gestões autoritárias e verticalizadas. Elemento cultural, registro da história, das memórias afetivas e das tradições locais, o patrimônio, seja ele material ou “para além da pedra e cal” (FONSECA, 2003), converteu-se em “riqueza cultural” (ZUKIN, 2017) e, portanto, cada vez mais alvo de interesses empresariais, supranacionais, governamentais e da sociedade como um todo por meio de políticas urbanas que buscam garantir salvaguarda e sustentabilidade econômica pelo turismo, mercado imobiliário ou instrumentos urbanísticos. No entanto, como será mostrado neste trabalho por meio de alguns casos recentes e notáveis, tais práticas, por não pensarem de maneira sistêmica na inclusão e na incorporação da realidade informal, configuram iniciativas e planos em geral equivocados, insipientes e que insistem em apresentar e vender o Centro Histórico de Salvador como algo diferente do que é verdadeiramente (PEIXOTO, 2017) e, por conseguinte, distante de solucionar os principais problemas.

Palavras-chave: patrimônio material, patrimônio imaterial, informalidade, cultura, Salvador.

1. INTRODUÇÃO

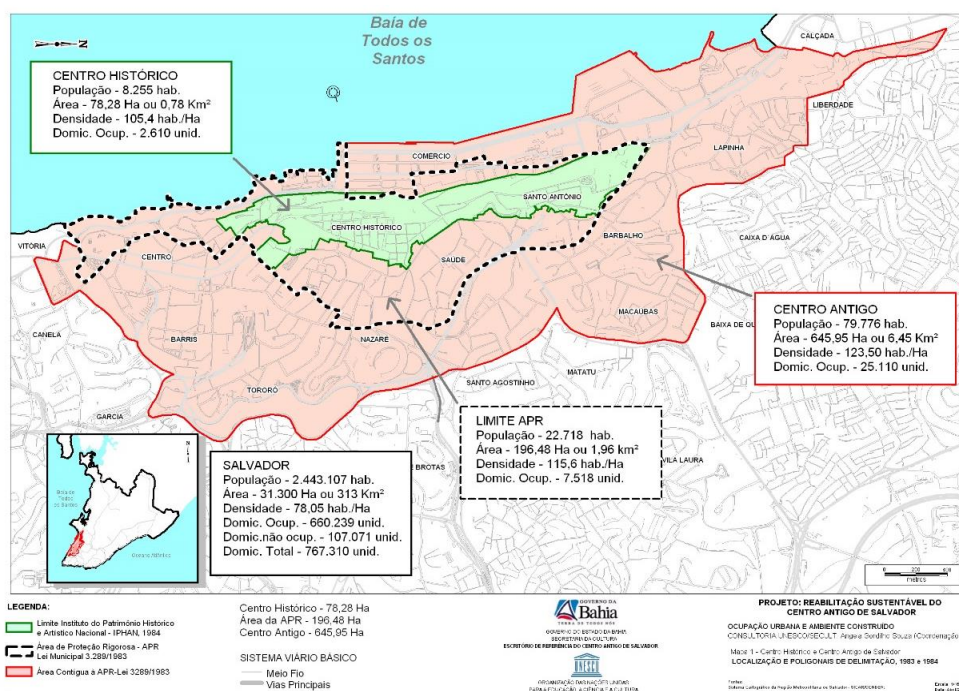
As reflexões acerca do patrimônio cultural urbano no Brasil e no mundo vêm sendo transformadas continuamente, adquirindo mais complexidade, nuances e espaços de disputa dentro da sociedade contemporânea – especialmente em cidades plurais, desiguais e históricas como Salvador da Bahia. O presente trabalho visa estabelecer um diálogo (entre tantos outros que possam existir e surgir) entre a problemática da vivência informal e a dificuldade encontrada para a salvaguarda do patrimônio material e imaterial em uma cidade como Salvador, majoritariamente composta por negros e pobres (Salvador é a cidade com maior percentual de negros fora da África), estes muitas vezes habitando em situação informal ou precária, além de ser uma cidade cujo patrimônio material e imaterial encontra-se em situação extremamente vulnerável a pelo menos algumas décadas (GOMES, 1995; BAHIA, 2010; MOURAD, 2011).

¹

Doutorando em arquitetura e urbanismo no PPG-AU/FAUFBA. pierocarapia@hotmail.com.

Considerando eventos recentes sobre as áreas (figura 1) do Centro Histórico de Salvador (CHS) e da poligonal ampliada do Centro Antigo de Salvador (CAS), como a Copa do Mundo de 2014, e instrumentos como o *Programa de Incentivo à Restauração e Recuperação de Imóveis no Centro Antigo de Salvador – PROGRAMA REVITALIZAR* (PREFEITURA MUNICIPAL DE SALVADOR, 2016) enviado pela prefeitura à Câmara Municipal em 15 de dezembro de 2016 e aprovado em 26 de abril de 2017, bem como as múltiplas esferas que tangenciam e perpassam estas questões, entender que nem os direitos constitucionais – de acesso à cultura material e imaterial², de morar, trabalhar, ir e vir - garantidos à população e nem a preservação patrimonial estão assegurados é um fato alarmante e suscita debate.

FIGURA 1- Delimitação de poligonais – Centro Histórico e Centro Antigo de Salvador.



Fonte: *Centro Antigo de Salvador: Plano de Reabilitação Participativo*. (BAHIA, 2010, p. 74-75).

De forma mais ampla, as questões patrimoniais da transição entre o final do século XX e o início do século XXI refletem certa desmonumentalização e relativização daquele sentimento de urgência pela possibilidade da perda característico das práticas de salvaguarda do pós-guerra no século XX para um processo que tende a incluir a discussão da imaterialidade, das práticas locais tradicionais e das minorias, ganhando foco nos debates do século XXI e em documentos como a *Convenção para a salvaguarda do patrimônio cultural imaterial* (UNESCO, 2003). Esta diversificação de olhares que se estendem para além do patrimônio material, ou seja, “para além da pedra

e cal” (FONSECA, 2003) também vem associada à agudização da concepção de um patrimônio globalizado, mais fortemente ligado às políticas públicas urbanas, pela empresarialização das políticas locais, turística e por uma chamada “economia das experiências” (PEIXOTO, 2017), questões estas que processualmente já vinham sendo discutidas no âmbito da indústria cultural (CHOAY, 2001) e de uma economia urbana associada à processos de gentrificação sobretudo em áreas centrais, tradicionais ou salvaguardadas (SMITH, 1996; LEY, 1981; ARANTES, 2000; BIDOU-ZACHARIASEN, 2006; SIQUEIRA, 2014). Em um contexto globalizado, financeirizado e especulativo em que a gestão pública e a privada se confundem, a cidade transforma-se em empresa e em mercadoria – dinâmica predatória que põe em risco hábitos, memórias e mesmo os meios de sobrevivência daqueles mais vulneráveis.

Diante disso evidencia-se uma problemática bastante irônica e multifacetada. Em primeiro lugar, o patrimônio material e os centros históricos urbanos sofrem de algo que Choay chamou de banalização e banalização secundária pela homogeneização dos espaços outrora singulares em favor da comercialização global/turística destes – o que acarreta, por exemplo, em centros históricos muito parecidos entre si e, ironicamente, extirpa boa parte do que antes lhe conferia valor (CHOAY, 2001). Em Segundo lugar, também o patrimônio imaterial – mais difícil de ser copiado (PEIXOTO, 2017) - cujos elementos que conferem distinção e valor local, peculiaridades do estilo de vida e do comércio tradicional, estes em grande parte informais, entram em conflito com agendas empresariais e seus fisiologismos políticos e institucionais, conduzindo a política pública por uma lógica de “sustentabilidade econômica” higienizadora e autoritária que, uma vez posta em prática, agride e compete para desestruturar o patrimônio imaterial e seus mantenedores, tais como artistas locais, artífices e comerciantes.

Tais práticas, respaldada em discursos como o de revitalização/requalificação, da competitividade e do planejamento estratégico diante da crise econômica e da globalização (BORJA, CASTELLS, 1996), da suposta oportunidade de crescimento com um grande evento internacional - à despeito dos custos, da violação de direitos, do comprovado baixo retorno material e do impacto nas políticas locais (BURBANK, ANDRANOVICH, HEYING, 2001; MAENING, PLESSIS, 2007; BAPTISTA, 2014) – e mesmo por políticas levianas embasadas no superficial discurso de salvaguarda, muitas das vezes convertem-se em impactos bastante assimétricos na sociedade, com danos por vezes irreparáveis. Além dos equívocos “institucionais e formais”, bem como as deficiências no amparo à informalidade, tanto de moradia quanto de trabalho,

também deve ser levada em conta que a precariedade do habitar, a pobreza e a falta de recursos dificultam a manutenção dos imóveis pelos seus proprietários/ocupantes nas áreas de proteção do patrimônio em Salvador. Assim, o debate acerca dos dilemas do patrimônio material e imaterial e a sua profunda ligação com a condição da informalidade em Salvador serão abordados aqui por meio de alguns casos e tópicos recentes que possam mais do que apresentar críticas, estabelecer uma linha de raciocínio que demonstre como a vivência informal no CAS resiste, se adapta e muitas vezes suplanta as inúmeras tentativas de enquadrá-la, formalizá-la e padronizá-la.

2. O INFORMAL E O IMATERIAL EM SALVADOR E AS DISPUTAS URBANAS DO COTIDIANO – ALGUNS CASOS NOTÁVEIS

Deve-se introduzir a questão da esfera informal no Brasil – e Salvador - e seus rebatimentos no material e no imaterial. É necessário tomar consciência o quanto antes que o informal não é pauta central para o planejamento urbano brasileiro e seus gestores, ainda que a condição de informalidade abranja porção significativa da malha urbana das principais metrópoles do país, bem como da oferta de emprego e das transações comerciais. Ermínia Maricato (MARICATO, 2000) afirma que o Brasil importa modelos externos e internacionais pouco condizentes com a realidade local, ou seja, “ideias fora do lugar”, enquanto ao mesmo tempo não considera adequadamente a cidade informal, ou seja, do crescimento irregular, das favelas e ocupações precárias entre os bairros formais e edificações, como edifícios e casarões ocupados informalmente; assim, a realidade informal nas cidades brasileiras seria um “lugar fora das ideias”, apenas marginalmente pensado – quando não ideologicamente sufocado. Esta condição se explicita no CHS, áreas tombadas, áreas de proteção rigorosa e áreas contíguas até o momento presente, de modo que as tentativas de planejar e revitalizar traçam um histórico conturbado e pouco inclusivo quanto à informalidade.

2.1 A POTÊNCIA DA INFORMALIDADE E A RESISTENCIA DAS FEIRAS

Diversas reflexões podem ser levantadas a respeito da inserção de práticas tradicionais dos modos de viver, trabalhar e ocupar o espaço urbano em confronto com tentativas de ordenamento e formalização, situações que perpassam o passado e o presente, as zonas de expansão e os centros antigos de cidades como Salvador. Em *Requalificar a Feira de São Joaquim: espaço político da cidade informal*, (SUAREZ, 2011), além de trazer uma espécie de relato da experiência de montar um projeto para a feira, evidenciou a importância cultural da maior feira livre da cidade de Salvador. O que a torna especial é sua história e importância como abastecedora dos mercados

formais e informais da cidade dos produtos vindos do Recôncavo Baiano, mas também o número de feirantes e, talvez onde resida sua maior relevância, a força e potencial de resistência informal, profundamente cultural, no fato de abastecer os 1200 terreiros de candomblé da cidade, segundo apontado pela autora baseado em dados levantados pelo Centro de Estudos Afro-Orientais (CEAFRO). De pronto fica claro que o nicho bastante específico do mercado informal, religioso e das práticas e ritos tradicionais foi quem garantiu a sobrevivência da Feira de São Joaquim de maneira independente da proposta formal de abastecimento agroalimentar do Estado da Bahia, que remonta o ano de 1973 com a criação das CEASAS, gerida pela Empresa Baiana de Alimentos (EBAL).

O que a autora deixou claro é que esse sistema de abastecimento formal era inspirado na ideia de progresso da década de 1970 de que o Brasil seria o “país do futuro”, avesso às informalidades e à falta de padronização nos mais diversos aspectos. Tentou-se, portanto, a conformidade com “modelos provenientes de sociedades de alto grau de formalidade social, desconsiderando a nossa informalidade urbana” (SUAREZ, 2011, p. 235), ignorando o fato de boa parte da população soteropolitana estar estruturada na informalidade, sejam aqueles da periferia ou bairros do miolo de Salvador, sejam os muitos moradores tradicionais dos bairros consolidados e antigos do CAS, clientes dos mercadinhos de bairro, feiras de alimentos e vendedores de rua, estes por sua vez abastecidos em grande pelas feiras livres. Ao implantarem um sistema formal, funcional e tecnicamente “superior” de abastecimento, “os técnicos acreditavam que feiras como esta morreriam com a implantação do novo sistema” (SUAREZ, 2011, p. 236), ou seja, evitava-se o desgaste político do autoritarismo que seria remover de maneira forçada os estabelecimentos informais, e tampouco buscava-se equacionar a inclusão destas informalidades urbanas. A informalidade e as práticas tradicionais ainda resistem e coexistem com o formal.

2.2 A EXPERIÊNCIA DA COPA DO MUNDO DE 2014 E A ATUAÇÃO DAS BAIANAS DE ACARAJÉ E DOS VENDEDORES AMBULANTES

O megaevento esportivo que teve como uma das sedes a cidade de Salvador ao menos serviu para pôr em evidência o conflito e as disputas entre o formal e o informal, entre o poder de pressão de instrumentos como a Lei Geral da Copa – Lei 12.663 (que instituiu zonas de exclusividade) a “marca” FIFA e seus patrocinadores oficiais e a “marca” soteropolitana dos ambulantes, camelôs, pequeno comércio e suas resistências. A respeito dos trabalhadores ambulantes, camelôs e baianas de acarajé, estas últimas sobretudo após terem sido reconhecidas como Patrimônio Imaterial da Bahia em 2012,

algumas conquistas foram obtidas a muito custo. Apesar do número reduzido de baianas distribuídas por três estandes em local menos visível do que fora durante a Copa das Confederações em 2013, para a presidente da Associação das Baianas de Acarajé e Mingau (ABAM), Rita Santos, a conquista foi além da quantidade de vendas dos quitutes tradicionais. Para a associação, o fato da FIFA ter reconhecido a importância das baianas como símbolo da Bahia e ter dado a permissão para que elas exercessem o ofício tradicional no estádio era o que importava. Nas palavras da baiana, “A FIFA abaixou a cabeça para nós”³.

Em retrospecto, a longa trajetória da luta por esta conquista começou por conta das baianas de acarajé não terem sido incluídas inicialmente entre os contemplados com pontos de venda para a Copa das Confederações 2013. Daí em diante as baianas se mobilizaram e, com ajuda de uma plataforma de petições virtuais, conseguiram entregar a petição com milhares de assinaturas diretamente à assessoria da Presidência da República, que esteve presente no evento em que mais de 80 baianas distribuíram acarajés gratuitamente, em abril de 2013. As quituteiras selecionadas para ocuparem os estandes na Arena Fonte Nova foram orientadas sobre os procedimentos e normas para aprimorar o controle da qualidade dos produtos comercializados durante um workshop realizado no Centro de Convenções, em 10 de junho de 2014. Apesar do assunto parecer ter sido superado, dois dias antes do mundial as baianas que haviam se credenciado para atuar nos logradouros públicos durante o período foram comunicadas pela Secretaria Municipal de Ordem Pública (SEMOP) de que elas não poderiam mais atuar na área da Fan Fest, sob a justificativa dos riscos às profissionais e ao público com o óleo e azeite aquecido utilizados, dada a aglomeração de pessoas nestes eventos⁴.

Quanto ao licenciamento, em 6 de maio de 2014 a SEMOP divulgou a portaria nº 60/2014 no Diário Oficial do Município de Salvador⁵, que dispunha sobre “o exercício do comércio informal em logradouros públicos, durante a Copa do Mundo FIFA 2014”, oferecendo 500 vagas para cadastramento e regras a serem observadas durante o mundial, como comprar e portar o kit do patrocinador oficial, ao período de atividade (de 8h às 21h), os pontos de vendas distribuídos mediante cadastro, sendo

³ “Após dobrarem a FIFA, baianas vibram com a venda de acarajés a estrangeiros”, disponível em: <http://m.globoesporte.globo.com/ba/copa-do-mundo/noticia/2014/06/apos-dobrem-FIFA-baianas-vibram-com-vendas-de-acaraje-estrangeiros.html>, acesso em 26 jun. 2014.

⁴ Disponível em: <http://www.bocaonews.com.br/noticias/principal/copa/88826,baianas-licenciadas-no-fan-fest-serao-deslocadas-questao-preventiva-diz-semop.html>, acesso em 15 jun. 2014.

⁵ A portaria na íntegra está disponível em: <http://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=269900>, acesso em 6 mai. 2014.

apenas permitida a venda de produtos dos patrocinadores da Copa do Mundo, proibidos, portanto, os itens em espeto como churrasquinhos e outros produtos artesanais, tais como as bebidas típicas cravinho e príncipe maluco. A desobediência a estas normas sujeitava a apreensão do material e multa. A questão reside no simples fato de ter se cogitado impedir que as baianas participassem do evento; reside na proibição de bebidas típicas como o cravinho (que certamente foi consumido no Pelourinho durante todo o período, por baianos e tantos quantos fossem os turistas nacionais e internacionais que se interessassem em degustá-lo); reside em, poucos dias antes da grande festa, comunicar às baianas que a Fan Fest estava vetada à elas, quando certamente muitos outros caminhos poderiam ter sido adotados para garantir segurança e comodidade.

2.3 “O CHOQUE DE ORDEM” NA AVENIDA SETE DE SETEMBRO E AS RAÍZES DO TRABALHO INFORMAL EM SALVADOR

A outra ação concomitante ao evento esportivo, ainda que “independente” foi o projeto *Av. Sete de Setembro, Território Empreendedor*, alinhada com as proposições de “ordem pública” expostas no documento *Salvador, construindo um novo futuro 2013-2016* (PREFEITURA MUNICIPAL DE SALVADOR, 2013). Em março de 2013 tomava forma um projeto da Secretaria Municipal de Ordem Pública (SEMOP) para reordenar o comércio informal na Av. Sete de Setembro, com o objetivo de desobstruir as calçadas de uma das mais tradicionais e movimentadas avenidas da cidade.

As ações do projeto se concentraram principalmente nos locais de maior concentração de trabalhadores informais, ordenando os trabalhadores por locais temáticos entre becos e travessas da avenida. Assim, seriam organizados pelo tipo de produto comercializado: folhas, frutas, roupas, entre outros, de modo a aglutinar o mesmo segmento e promover uma identidade visual específica a cada um dos locais, um tipo de “camelódromo” pulverizado ao longo da avenida. Apesar da tentativa em requalificar, rever pavimentação e propor coberturas permanentes em policarbonato, a tentativa de “shopping center a céu aberto” não agradou a todos desde a fase de projeto. Para o presidente da Associação dos Trabalhadores Informais (Assinformal), Arismário Brandão, o projeto não favoreceria os ambulantes: “A Rua do Cabeça está cheia. O Beco do Mucambinho é hoje banheiro público. Os locais são apertados demais para a quantidade de ambulantes. Esses e outros locais são de pouco movimento”⁶ (figura 2).

⁶ Disponível em: <http://www.correio24horas.com.br/detalhe/noticia/projeto-preve-alteracoes-no-comercio-da-avenida-sete/>, acesso em 21 ago. 2013.

FIGURA 2- Travessa Rua do Cabeça, requalificada e reordenada para aglomeração do comércio informal.



Fonte: (PREFEITURA DE SALVADOR, 2014, n.p.)⁷

No começo de 2014 a execução foi bastante acelerada, em especial por conta da proximidade do megaevento, ainda que a obra não estivesse na Matriz de Responsabilidade associada à Copa 2014⁸. Alguns meses antes do megaevento, acelerando a limpeza urbana, pintura de fachadas e reparos em passeios, a Prefeitura já havia realizado 80% das obras nas áreas para exploração do comércio informal na Avenida Sete de Setembro. Segundo a secretária da SEMOP, Rosemma Maluf, “nosso objetivo é devolver os passeios para os pedestres, seus legítimos donos”⁹.

Ao considerar que o passeio devia ser devolvido aos “legítimos donos”, ou seja, os pedestres, a ação da Prefeitura criou conflitos e buscou deslegitimar outros usos para espaços como o da Av. Sete de Setembro, tradicionalmente conhecida como uma rua de comércio popular e ambulantes, vendedores de folhas e outros artigos típicos. As informações começaram a entrar em conflito quando o órgão público declarou que havia 1200 trabalhadores ambulantes no local, enquanto que a imprensa já havia contabilizado 1500; com o reordenamento, apenas 800 trabalhadores foram licenciados – impacto sensível em número e na vida daqueles que não puderam permanecer. Ainda assim, passada a Copa do Mundo 2014, apesar da possibilidade de multa e apreensão da mercadoria, já se viam trabalhadores ambulantes em locais agora mais restritos.

Discursos como o da secretária da SEMOP explicitam um conceito superficial da calçada, ignorando ou ideologicamente sufocando outros usos tradicionais deste

⁷ Disponível em: <<http://www.comunicacao.salvador.ba.gov.br/>>, acesso em 20 mar. 2014.

⁸ Documento de encargos e obras firmado entre o Município, o Estado e a União com a FIFA.

⁹ Disponível em: <http://www.comunicacao.salvador.ba.gov.br/>, acesso em 10 abr. 2014.

espaço. Essa acepção é fácil de ser absorvida e muitas vezes é pautada por uma ideia arraigada de ordem, limpeza, locomoção e funcionalidade, bem como por alguns pressupostos “estéticos”, característicos não só ao discurso dos gestores urbanos e empresários, mas também adotados por boa parte dos cidadãos. No entanto, o passeio não diz respeito somente à função de fluxo de pedestres, muito menos ao pouco que sobra do espaço destinado aos automóveis; é também um espaço de vivências, de troca sociais, de expressão cultural e, seguramente ao caso da Salvador contemporânea, também de sobrevivência. É na busca por entender e enxergar o outro lado da questão que parece interessante o trabalho de Vilma Maria do Nascimento no artigo *Cultura e Cidade: o cotidiano dos vendedores ambulantes em Salvador (1968-1990)*¹⁰. A autora defende que até o período abordado em sua pesquisa, havia o predomínio em Salvador de trabalhadores informais ambulantes que fizeram uma opção por este modo de vida, e não por uma imposição direta do desemprego. Em diversas entrevistas, que metodologicamente buscava analisar a individualidade das experiências, a justificativa por trás do trabalho informal era predominantemente por conta da liberdade em contraposição aos baixos salários formais. Para a historiadora, essa relação entre liberdade e trabalho informal é profundamente cultural e herdada das relações de trabalho que remontam a escravidão na Bahia, como transcreve de *A greve de 1857 na Bahia*, texto de João Reis: “Disciplinar o trabalho africano, sobretudo na cidade, era tarefa ingrata. Os escravos precisavam de independência e liberdade de movimento para dar conta do serviço, dar lucro aos senhores e fazer a economia funcionar”. (REIS, apud NASCIMENTO, 1999, p. 306).

Este texto aponta a diferença entre a escravidão rural e a escravidão urbana, uma vez que na cidade o escravo poderia ser doméstico, o que não garantia lucro ao senhor, mas também de aluguel e de ganho, tema também abordado por Ana de Lourdes R. da Costa no artigo *Espaços Negros: “cantos” e “lojas” em Salvador no Século XIX* (COSTA, 1991). A figura do escravo de ganho, muito rentável, normalmente prestava serviços como ambulantes na venda de doces, pescados, tecidos, entre outros, ou realizavam serviços como de estivador, engomadeira ou rendeira, podendo até mesmo reservar parte da renda para si, mantendo-se durante longos períodos longe da disciplina do senhor, fato que levava o poder público a exercer o papel de feitor no espaço urbano,

¹⁰ O artigo é parte da dissertação de mestrado em História Social da autora, intitulado *Trabalho árduo e Liberdade: O Cotidiano dos Vendedores Ambulantes em Salvador (1968-1990)*, defendida na PUC/SP em 1999.

coibindo as fugas relativamente comuns deste tipo de escravo (COSTA, 1991). Esta relação econômica configurava Salvador como uma cidade comercial-escravista predominantemente negra e mestiça, caracterizada especialmente na Cidade Baixa por armazéns, mercados, lojas e ambulantes, em sua maioria escravos de ganho e libertos, muito numerosos. Portanto, como deixam claro os autores, a manutenção da ordem e da escravidão na cidade tinha de ser exercida pelo poder público, normalmente através das posturas baixadas pela Câmara Municipal de Salvador, que regulavam estas atividades de ganho e inibiam uma série de liberdades, acentuando o clima de constante tensão.

Voltando à linha de trabalho de Vilma Maria do Nascimento, após a abolição o fato é que para o recém liberto ou alforriado, bem como para as gerações seguintes, essa relação se manteve, uma vez que o senhor que vigia e tenta disciplinar é substituído ao longo das décadas pelos gestores municipais, pelas concorrências do mercado formal e por parte da população mais abastada. A liberdade de circulação é, portanto, um meio de impor limites à disciplina e ao estigma social: ao mover-se de lugar com facilidade, evita-se os “rapas”, as denúncias e as agressões. A disputa pelo espaço urbano entre o formal e o informal gera polêmicas que de tão antigas lembram a virada do século XIX para o século XX com a urgência das medidas higienistas e sanitaristas. É oportuno apontar que a autora descreve em seu trabalho uma matéria no jornal *A Tarde* de manchete “Ambulantes tomam conta das avenidas de Salvador”, de 1975, sobre a mesma Av. Sete de Setembro que passou recentemente por um “choque de ordem”: “Tanto de um lado quanto do outro da Avenida Sete de Setembro, os camelôs vendem diversos tipos de mercadoria, e no saguão de cada edifício eles se portam, e ficam a gritar querendo de toda forma vender seus artigos, numa luta que em muitos casos gera desrespeito ao povo” (A TARDE, 1975, apud NASCIMENTO, 1999, p. 310-311).

Boa parte desta rejeição foi alimentada por muito tempo por conta da discriminação à presença cultural das tradições religiosas de matriz africana. Quando a religiosidade destas tradições passa a ter maior representatividade em todas as classes e etnias, é no mercado informal que se encontrará não somente os produtos do cotidiano, em preços mais acessíveis que nos mercados formais e *shoppings centers*, mas também as ervas, raízes, sementes, folhas, adornos e animais de culto, elementos sem significado no comércio formal (NASCIMENTO, 1999).

3. O ARRUINAMENTO DO PATRIMÔNIO MATERIAL E A INFORMALIDADE NO CHS

Recentemente algumas questões ganharam destaque: a atual precariedade do patrimônio material no CHS; e os entraves de sua ocupação, manutenção e atendimento a políticas públicas como o Programa Revitalizar (PREFEITURA MUNICIPAL DE SALVADOR, 2016) diante do quadro de informalidade e falta de recursos de boa parte dos ocupantes destes imóveis. De acordo com o corpo do texto da Mensagem nº 20/16 (que versa sobre o programa), o Revitalizar está “alinhado com os estudos e propostas do Plano Salvador 500 e dos novos Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano (PDDU) e Lei de Ordenamento do Uso e Ocupação do Solo (Louos)”, busca prevenir a ocorrência de desabamentos de casarões antigos no CHS, entorno e aqueles tombados pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), cria mecanismos para estimular a recuperação e o uso destes imóveis, além de punir quem abandonar. Estabelece ainda critérios de incentivos fiscais para que os proprietários de imóveis antigos possam investir na restauração, recuperação ou reforma, estimula a instalação de empresas nestes locais bem como prevê uma redução no Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU), por dez anos, para que o imóvel restaurado seja mantido em bom estado e habitado, dentre outros benefícios.

Por outro lado, a proposta prevê ainda que imóveis com débitos em tributos, desocupados e sem manutenção, possam sofrer IPTU Progressivo no Tempo ou mesmo ser desapropriados pela prefeitura. Conquanto a medida possa de fato ser um instrumento interessante para forçar proprietários a investir em manutenção (alinhando-se com instrumentos previstos tanto na legislação urbanística quanto das obrigações de proteção e salvaguarda do patrimônio pelos proprietários), o programa abraça a questão da preservação de maneira leviana e irresponsável com os muitos moradores de baixa renda que habitam a região e parte dos casarões. Tais moradores e ocupantes, de diversas origens, trabalhos formais e informais, desde membros do Movimento Sem-Teto (MST) até os tradicionais artífices da Ladeira da Montanha, historicamente contribuem para a vitalidade do lugar e para minorar ou evitar, ainda que de forma precária, o processo de abandono que perpassa o CHS, muito do qual devido a políticas públicas equivocadas, tais como algumas supracitadas neste trabalho ou mesmo como o emblemático e criticado Programa de Recuperação do Centro Histórico de Salvador (PRCHS), iniciado em 1992 durante a gestão de Antônio Carlos Magalhães (BAHIA, 2010; MOURAD, 2011). Sem prever distinções do programa para cada caso de ocupação, ou seja, ignorando mais uma vez a informalidade e a realidade concreta local,

há sério risco de novamente acirrar processos de gentrificação, elitização e higienização do CHS.

Após a demolição de uma série de casarões tombados na região em 2015 com autorização do IPHAN por conta de riscos de desabamento durante período de fortes chuvas¹¹, bem como o recente desabamento de um casarão na Ladeira da Soledade (figura 3) que deixou três vítimas, o poder público parece minimizar o problema para uma questão de responsabilidade de particulares – evitando assim falar do descaso, falta de recursos e/ou inabilidade crônica na gestão e manutenção do patrimônio. Pior, se mesmo os proprietários e comerciantes formais consideram o incentivo insuficiente diante dos custos dos reparos e da manutenção, atender às exigências do Programa por parte da população que ocupa os casarões informalmente, ou mora com auxílio-aluguel, é uma realidade improvável¹².

FIGURA 3: Casarão desabou sobre casa vizinha, onde estava família, na noite de segunda-feira (24)



Foto: Andréia Silva/ TV Bahia

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Parte dos dilemas e problemas do patrimônio cultural material e imaterial em Salvador sem dúvida está associado à grave situação de pobreza, informalidade e limitações de direitos dos moradores da região - mas não em uma relação de causa-efeito. Ambos, patrimônio e seus mantenedores, configuram-se muito mais como vítimas em crônica enfermidade e invisibilidade. Sucessivas políticas públicas equivocadas estabelecem-se diametralmente opostas ao que a realidade local necessita,

¹¹ Ver matéria disponível em: <<http://atarde.uol.com.br/bahia/salvador/noticias/1683805-centro-historico-iphan-e-sucom-rebatem-criticas-a-demolicao>>, acesso em 30 de maio de 2017.

¹² Ver matéria disponível em: <<http://g1.globo.com/bahia/noticia/revitalizacao-do-centro-de-salvador-preve-desconto-em-impostos-e-desapropriacao-de-imoveis-moradores-se-preocupam.ghtml>>, acesso em 30 de maio de 2017.

ou seja, preocupam-se em criar uma atmosfera atrativa ao turista, ao mercado imobiliário, aos possíveis empresários ou moradores mais solventes por meio do patrimônio material e imaterial e insipiente política de “projetos-âncora” para revitalizar (BAPTISTA, 2014) entre outros tantos planos insuficientemente participativos. Tal concentração desigual de esforços ao mesmo tempo mina as possibilidades de permanência dos moradores tradicionais e informais, seja pela demora em atender demandas como a da 7ª Etapa do PRCHS, da Vila Nova Esperança (Rocinha) ou a insuficiência de auxílio-aluguel, seja pela instabilidade de direitos e investimentos meramente paliativos. Para além destes pontos, a criação de uma artificialidade urbana, o discurso de que o CHS é um território ideal ao mercado imobiliário ou mais importante ao turismo que aos residentes cria uma sociedade do “isto não é...”, similar à crítica de Magritte em sua obra “A traição das imagens” (PEIXOTO, 2017). Ou seja, se a pintura de um cachimbo não é um cachimbo (figura 4), a ilusão de um centro ordenado, formal, inclusivo aos seus habitantes tradicionais e responsável com seu patrimônio ou, por exemplo, a ilusão de uma avenida formal, ordenada e exclusiva para pedestre não torna o discurso um fato (*Ceci n’est pas un centre historique*).

FIGURA 4: A traição das imagens (1929)



Autor: René Magritte. Fonte: Wikipédia.

A trajetória recente de Salvador mostrou que os danos advêm mais pela má gestão e descolamento de realidade em relação à informalidade que pela calamidade/sinistro, uma vez que todos os anos a cidade passa por um período de chuvas fortes assim como é sabido que imóveis e equipamentos urbanos sem manutenção tendem a ruir (como o que ocorreu aos casarões tombados e mesmo com a

demolição da antiga Fonte Nova¹³). Tais questões tendem a acirrar os ânimos pois a perda concretizada ou iminente do patrimônio por conta de uma calamidade ou descuido, sendo talvez posteriormente substituída por edificação considerada pior ou menos nobre, causa não apenas um prejuízo material, mas um sentimento de perda da memória e das relações afetivas com o lugar e sua vivência tradicional (ZUKIN, 2017).

5. REFERÊNCIAS

- ARANTES, O. “Uma estratégia fatal: a cultura nas novas gestões urbanas”. In ARANTES, O., VAINER, C., MARICATO, E. “A Cidade do Pensamento Único. Desmanchando Consensos”, Petrópolis, Vozes, 2000.
- BAHIA. Governo do Estado. Secretaria de Cultura, Escritório de Referência do Centro Antigo de Salvador, UNESCO. *Centro Antigo de Salvador: Plano de Reabilitação Participativo*. Salvador: Secretaria de Cultura, Fundação Pedro Calmon, 2010.
- BAPTISTA, P. C. L. *A Copa do Mundo da FIFA Brasil 2014 em Salvador: os possíveis impactos do megaevento, com ênfase no Centro Antigo de Salvador*. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2014.
- BIDOU-ZACHARIASEN, C. *De volta à cidade: dos processos de gentrificação às políticas de "revitalização" dos centros urbanos*. São Paulo: Annablume, 2006.
- BORJA, J; CASTELLS, M. As cidades como atores políticos. *Novos Estudos*, CEBRAP, nº 45, jul. 1996, p. 152-166.
- BURBANK, M.J., ANDRANOVICH, G.D., HEYING, C.H. *Olympic Dreams: the impact of mega-events on local politics*. Rienner, 2001.
- CHOAY, F. *A alegoria do patrimônio*. São Paulo: Estação da Liberdade, 2001.
- COSTA, A. L. R. Espaços Negros: “cantos” e “lojas” em Salvador no Século XIX. *Caderno CRH*, Salvador, p. 18-34, 1991. Suplemento.
- FONSECA, M. C. L. Para além da “pedra e cal”: por uma concepção ampla de patrimônio. In: ABREU, R.; CHAGAS, M. (Org.). *Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003. p.56-76.
- GOMES, M. A. (Org.). *Pelo Pelô: história, cultura e cidade*. Salvador: EDUFBA, 1995.

¹³ Um desabamento parcial ocasionou na morte de sete pessoas – em 2009 o governador anunciava sua demolição. A Faculdade de Arquitetura da UFBA, o Instituto dos Arquitetos do Brasil – Departamento da Bahia, e o núcleo DOCOMOMO/Bahia deram entrada em um processo de tombamento da Fonte Nova junto ao IPHAN e outro no Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia (IPAC), indicando o mérito arquitetônico do projeto de Diógenes Rebouças, a importância da memória histórica, cultural e qualidades singulares de integração com a paisagem (BAPTISTA, 2014), pleito este ignorado.

- LEY, D. (1981). Inner City revitalization in Canada: a Vancouver case study. *Canadian Geographer*, v. 25, 1981, p 124-148.
- MAENING, W; PLESSIS, S. World Cup 2010: South African economic perspectives and perspectives policy challenges informed by the experience of Germany 2006. *Hamburg Contemporary Economic Discussions*, n. 4, Hamburg, 2007.
- MARICATO, E. As ideias fora do lugar e o lugar fora das ideias: Planejamento urbano no Brasil. In: ARANTES, O., VAINER, C., MARICATO, E. *A Cidade do Pensamento Único. Desmanchando Consensos*. Petrópolis, Vozes, 2000.
- MOURAD, L. *Processo de gentrificação do Centro Antigo de Salvador 2000 a 2010*. 2011. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal da Bahia, Salvador.
- NASCIMENTO, V. M. Cultura e Cidade: o cotidiano dos vendedores ambulantes em Salvador (1968-1990). *Contraponto*. Salvador: Universidade Católica do Salvador, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Mestrado Institucional em História Social v. 2, n.2, nov. 1999.
- PEIXOTO, P. Tudo que é sólido se sublima no ar: políticas públicas e gestão do patrimônio. In: CYMBALISTA, R; FELDMAN, S; BEATRIZ M, K. (Org.). *Patrimônio cultural: memórias e intervenções urbanas*. São Paulo: Annablume: Núcleo de Apoio e Pesquisa São Paulo, 2017, p. 15-24.
- PREFEITURA MUNICIPAL DE SALVADOR. *Salvador, construindo um novo futuro 2013-2016*. Salvador: EG Editora, 2013.
- _____. *Mensagem nº 20/2016*. Salvador: Prefeitura Municipal de Salvador, 2016.
- SIQUEIRA, M. T. Entre o fundamental e o contingente: dimensões da gentrificação contemporânea nas operações urbanas em São Paulo. *Cadernos Metrôpolis*, São Paulo, v. 16, n. 32, pp. 391-415, nov 2014.
- SMITH, N. *The New Urban Frontier: Gentrification and the Revanchist City*. Londres: Routledge, 1996.
- SUAREZ, N. A. Requalificar a Feira de São Joaquim: espaço político da cidade informal. In: GOMES, M. A. A. F.; CORRÊA, E. L. (Org.). *Reconceituações Contemporâneas do Patrimônio*. Salvador: EDUFBA, 2011, p. 231-252.
- ZUKIN, S. Patrimônio de quem? Cidade de quem? Dilemas sociais do patrimônio cultural na dimensão urbana. In: CYMBALISTA, R; FELDMAN, S; BEATRIZ M, K. (Org.). *Patrimônio cultural: memórias e intervenções urbanas*. São Paulo: Annablume: Núcleo de Apoio e Pesquisa São Paulo, 2017, p. 25-46.